

Detalhes da Ação

Apresentação:

O projeto de extensão "Clínica Jurídica de Inovação Pedagógica (CJIP)" trata-se de uma extensão do Projeto de Pesquisa e do Grupo de Pesquisa que levam a mesma nomenclatura e são coordenados pela professora proponente no âmbito da FEAAC/UFC. Esse projeto objetiva promover a interrelação entre docentes/discentes/universidade/sociedade, no afã de promover iniciativas de competências profissionais e solidárias nos discentes do curso de ciências contábeis, ciências atuariais, ciências econômicas, finanças, secretariado executivo, direito e áreas afins e interdisciplinar. Objetiva-se, também, desenvolver nos discentes competências cognitivas, instrumentais e interpessoais de aproximação profissional junto a comunidade em situação de vulnerabilidade. Nesse sentido, pretende-se que os discentes passem da condição de mero receptores do conhecimento, para agentes transformadores, ao levar e adquirir conhecimentos junto à sociedade. Pretende-se a intervenção em forma de palestras, rodas de conversas, e discussão de temas jurídicos de relevante interesse social nas áreas de Direito do Trabalho, Direito Previdenciário, Direito Constitucional, e temas transversais junto à comunidade externa, disseminando conhecimento jurídico e garantindo visibilidade aos grupos vulneráveis com sua efetiva participação nas ações de extensão. Esse projeto fará uso da metodologia clínica como base para as investigações e planejamento didático-pedagógico das ações, unindo direito, educação, áreas afins e interdisciplinar, e uma linguagem jurídica acessível à sociedade sobre os mais diversos temas jurídicos que afetam diretamente os grupos vulneráveis, incluindo ações solidárias. Pretende-se estimular a extensão, aliando-a ao ensino e a pesquisa para uma formação acadêmica sólida.

Justificativa:

A proposta de projeto de extensão visa contribuir, efetivamente, para o desenvolvimento das competências e habilidades dos estudantes de graduação dos cursos da FEAAC e áreas afins e interdisciplinar da UFC, tendo por base o Projeto Alfa Tuning América Latina, projeto internacional que vem sendo implementado desde o ano de 2005. Esse projeto pode ser descrito como uma das formas de contribuição ao Processo de Bolonha por parte de universidades europeias, que lideradas pelas universidades de Deusto (ES) e Groningen (Holanda) propuseram à Comissão Europeia no ano de 2000 um projeto com forte apelo acadêmico no sentido de que caberia aos atores universitários a implementação das políticas europeias para a educação superior fixadas ao final do século XX e que foram sistematizadas no chamado Processo de Bolonha (FELIX, 2017). O Projeto Alfa Tuning América Latina é fruto de uma experiência que tem origem na Europa, nominada originalmente Projeto Tuning, desenvolvido com mais de 135 (cento e trinta e cinco) universidades europeias, as quais, desde o ano de 2001, trabalham intensamente pela criação do Espaço Europeu de Educação Superior. Durante a reunião de apresentação dos resultados do Projeto Tuning junto à comunidade europeia, na IV Reunião de Seguimento do Espaço Comum de Ensino Superior da União Europeia, América Latina e o Caribe (UEALC) na Cidade de Córdoba, Espanha, no mês outubro de 2002, o(a)s representantes da América Latina que estiveram presentes no encontro, após a oitiva da apresentação dos resultados da primeira fase do projeto europeu, começaram a refletir sobre a possibilidade de criação de um projeto similar para América Latina. Assim, surgiu a ideia de criação do Projeto Alfa Tuning América Latina. Dentre os objetivos do Projeto Alfa Tuning América Latina, está: Desenvolver perfis profissionais em termos de competências genéricas e relativas a cada área de estudos incluindo destrezas, conhecimentos e conteúdo (...). O principal destaque do Projeto Alfa Tuning América Latina é ser uma proposta teórica e metodológica que possui foco no(a) estudante e no processo pedagógico. Esse projeto possui como objeto de estudo a formação de competências no(a)s estudantes dos cursos de nível superior – graduação. Nesse sentido, serão estimuladas atividades de aproximação entre universidade e sociedade, firmando-se parcerias com as instituições e entidades receptoras do projeto.

Objetivo Geral:

Incentivar e promover a interação entre a universidade e outros setores da sociedade, desenvolvendo processos educativos, culturais, científicos e tecnológicos recíprocos, a partir da discussão de temas jurídicos e transversais que interessem a comunidade acadêmica e a sociedade civil, articulando extensão, ensino e pesquisa.

Além do objetivo geral, pretende-se desenvolver competências e habilidades nos discentes, seja ele bolsista, agente ou discente de pós-graduação.

Metodologia:

Delineamentos do projeto

O projeto será realizado junto aos Centros de Referência Especializado para Pessoas em Situação de Rua e abrigos, de modo a envolver docentes e discentes na elaboração de material didático-pedagógico para a promoção de conhecimento jurídico e social junto a comunidade. A comunidade, aqui intitulada de público-alvo, será selecionada de acordo com a temática de intervenção a ser escolhida pela equipe do projeto, a cada atividade realizada. Posts de instagram, livros, capítulos de livros, textos informativos, vídeos, podcasts, lives poderão ser realizados para compor a divulgação do projeto de extensão e para facilitação da compreensão do assunto pesquisado e discutido com a comunidade. Pretende-se a promoção da escuta ativa do público-alvo para fins de intervenção direcionada.

Infraestrutura

Serão utilizadas salas de aula dos cursos de graduação da Faculdade de Economia, Administração, Atuária e Contabilidade (FEAAC), instalações da biblioteca, gabinete da coordenadora do projeto, todas situadas na FEAAC da UFC, na cidade de Fortaleza/CE, bem como será feito o uso de plataformas digitais, tais como o instagram do grupo de pesquisa @clinicajuridicaufc. Também serão utilizados os espaços físicos das instituições receptoras e parceiras do projeto.

Publicidade

A divulgação dos resultados do projeto será feita por meio da publicação em revistas científicas, livros, eventos científicos e anais de congressos. Também pretendem-se publicações nos Encontros Universitários.

PLANO DE TRABALHO

Mês Atividade
03/2025

Reunião inaugural e apresentação do projeto.
04/2025

Planejamento das atividades e divulgação da ação para seleção de novos membros. Participação em reuniões periódicas.
05/2025

Seleção de material didático-pedagógico na área jurídica, mas interrelacionada com a área do(a) discente

06/2025

Leitura e fichamento do material didático-pedagógico

07/2025

Planejamento de ações estratégicas na comunidade, como um agente de transformação social, buscando identificar e enfrentar desafios, promovendo a inclusão a partir de sua área de atuação

08/2025

Organização e execução de rodas de conversa e trocas de saberes com a comunidade interligando teoria e prática na área do(a) discente

09/2025

Escuta ativa da comunidade e troca de conhecimentos jurídicos e transversais com caráter interdisciplinar

10/2025

Elaboração conjunta de cartilhas informativas, com base no conhecimento mútuo entre universidade e sociedade

11/2025

Participação nos Encontros Universitários

12/2025

Divulgação dos resultados das atividades nas redes sociais

01/2026

Escrita das conclusões extraídas das atividades para fins de publicação científica e divulgação das ações

02/2026

Balanco das atividades desenvolvidas. Elaboração do relatório.

03/2026

Entrega do relatório final

Competências e Habilidades

(Pretende-se que as competências sejam alinhadas ao curso de cada discente envolvido)

Competências para os discentes do curso de ciências contábeis, conforme o PPC:

- Capacidade de solucionar problemas de forma eficaz;
- Realizar previsões, orçamentos e planejamentos;
- Executar trabalho em equipe e exercer liderança;
- Oferecer apoio informacional à tomada de decisões;
- Apresentar boa fluência verbal e escrita, inclusive no domínio de outras línguas.
- Ter capacidade de manter bons relacionamentos;
- Apresentar um bom nível cultural;
- Conhecer o mercado nacional e internacional, destacadamente no aspecto econômico;
- Criar situações que agreguem valor ao patrimônio das organizações em que atuam; e
- Exercer com ética e domínio do conteúdo requerido as atividades inerentes à profissão.

Cada novo membro terá as competências e habilidades do seu curso respeitadas e incentivadas.

Relação da Extensão com Ensino e Pesquisa:

A extensão, entendida como uma das funções básicas da Universidade, é o processo educativo, cultural e científico que articula o ensino e a pesquisa de forma indissolúvel e viabiliza a relação transformadora entre a Universidade e a Sociedade (UFC). Nesse sentido, entendendo a necessidade da interrelação entre a universidade e sociedade para a formação do(a)s futuro(a)s profissionais que, além de aprenderem o conteúdo teórico disciplinar, precisam exercer a prática, este projeto de extensão parte do pressuposto que o conhecimento jurídico não deve ficar restrito apenas no espaço da universidade, mas deve ser disseminado para além dos muros universitários, o que, naturalmente, passa a traçar um novo perfil discente, mais crítico e reflexivo, preocupado com os problemas complexos da vida em sociedade e comprometido com a proteção dos direitos fundamentais e humanos. Nesse sentido, o presente projeto atende ao modelo de extensão proposto pelas Resoluções do Conselho Nacional de Educação e Câmara de Educação Superior (CNE/CES) e atende às finalidades desejáveis pela UFC e FEAAC, de um perfil discente proativo.

Indicadores de Resultados:

Indicadores de Impacto:

Impacto Interno: Percepção das conexões entre teoria e prática; Contribuir para reformulações de concepções e práticas curriculares da Universidade; Desenvolvimento de competências e habilidades discentes, no âmbito do seu curso de formação.

Impacto Externo: Produção de conhecimento acessível; Interação com segmentos da sociedade; Relevância em um dos aspectos: social, cultural, ambiental, educacional, econômica ou política dos problemas abordados na comunidade; Apropriação, utilização e reprodução do conhecimento envolvido nas atividades de extensão.

Em relação aos recursos materiais, os mesmos serão oferecidos pela equipe de execução do projeto de extensão. A divulgação das ações se dará por meio da página de instagram @clinicajuridicaufc e murais da FEAAC.

Resumo:

O projeto de extensão, entendendo o modelo clínico como satisfatório à formação do(a)s futuro(a)s bacharéis, defende que a metodologia clínica seja implementada nos cursos de graduação da FEAAC, com vistas ao desenvolvimento de habilidades e competências no(a)s estudantes. A partir desse modelo, se torna possível traçar um novo perfil discente, mais crítico e reflexivo, que leve em consideração os problemas complexos da vida em sociedade, comprometido com a proteção dos direitos humanos e fundamentais, ao utilizar os conhecimentos adquiridos para refletir e partilhar com a sociedade. Pretende-se o uso de uma perspectiva crítica dos complexos problemas da vida em sociedade com os quais o(a)s estudantes/futuro(s) profissionais deverão se deparar. Por sua vez, o projeto desenvolver-se-á no contexto das políticas públicas educacionais contemporâneas preocupadas com o perfil crítico do(a)s estudantes que compõem o corpo discente dos cursos de graduação da FEAAC, áreas afins e interdisciplinar. Pretende-se despertar no(a)s extensionistas o desejo de estudar diversos temas jurídicos sob o manto do método clínico – crítico, reflexivo e humanizado –, e disseminar esse conhecimento acadêmico junto a comunidade externa, em um processo dialógico horizontal.

Referências:

BELNOSKI, Alexsandra Marilac. Manual de direito para os cursos de Administração, Economia e Contabilidade. Curitiba: Juruá, 2006. BRASIL, Constituição da República Federativa do Brasil.

BRASIL. CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL (1988). Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988.

CASTILHO, Ela Viecko Volkmer de. Diversidade Cultural, esquecida da Justiça Portal Geledés, 12 mar. 2014. Disponível em: <<https://www.geledes.org.br/diversidade-cultural-esquecida-da-justica-por-ela-wiecko-v-de-castilho/>>. Acesso em: 20 jun. 2021.

FELIX, Loussia Penha Musse. Projeto pedagógico de curso e mudanças contemporâneas na educação jurídica. Palestra proferida na Universidade Federal Rural do Semi-árido (UFERSA), 2017. Disponível em: <<https://direito.ufersa.edu.br/>>. Acesso em: 25 jul. 2020.

FELIX, Loussia Penha Musse. Da reinvenção do ensino jurídico – considerações sobre a primeira década. p. 23-60. In: OAB Recomenda: um retrato dos cursos jurídicos. Brasília: OAB, Conselho Federal, 2001. 164p.

FELIX, Loussia Penha Musse; SANTOS, Aline Sueli de Salles. Demandas profissionais em Direito e avaliação: educação jurídica, competências e sua inserção nas carreiras jurídicas por meio dos exames públicos. p. 143-160. In: FLORES, Paulo Roberto Moglia Thompson (Org.). OAB Ensino Jurídico: desafios rumo à educação jurídica de excelência. Brasília: OAB, 2011.

MARTINS, Sérgio Pinto. Instituições de Direito Público e Privado. 6. ed. São Paulo: Atlas. 2006.

VENTURA, Deisy de Freitas Lima. Do direito ao método e do método ao direito. p. 257-292. In: CERQUEIRA, Daniel Torres de; FRAGALE FILHO, Roberto. (Org.). O Ensino Jurídico em Debate. Campinas: Millennium, 2007.